

Plano de Combate ao Racismo e Discriminação recebeu 433 propostas, a maioria a favor

Joana Gorjão Henriques

Mais de 77% dos contributos foram feitos por pessoas singulares. Educação, cultura e justiça entre as áreas com mais sugestões

As medidas já foram aprovadas e publicadas em *Diário da República* a 28 de Julho, as metas estão traçadas. Mas ontem o Governo publicou o relatório da consulta pública do *Plano Nacional de Combate ao Racismo e Discriminação 2021-2025 – Portugal contra o Racismo* onde revela que foram recebidos 139 contributos, com 433 propostas específicas, a maioria favoráveis. Só 15% se mostraram desfavoráveis ao plano.

As áreas com maior número de propostas foram a educação e cultura, com 18%, a justiça, segurança e direi-

tos, com 15%, e a Governação com 12%. O Governo afirma que as cruzou com os eixos e medidas do plano e incorporou algumas sugestões.

O relatório sobre a consulta pública do plano que esteve em discussão entre Abril e Maio refere que das sugestões enviadas e favoráveis 109 apresentaram propostas com novas medidas, sugestões de concretização ou de revisão de medidas contempladas ou “considerações e críticas em relação a propostas específicas”. Alguns exemplos: elaborar com as instituições de ensino superior recomendações de currículo, diversidade, códigos de conduta e mecanismos de acompanhamento e apoio a estudantes estrangeiros e do contingente Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) ou promover linhas de investigação específicas com a criação de um concurso especial para apoio a projectos de inves-

tigação em matéria de memória da escravatura e do colonialismo e a presença histórica dos grupos discriminados.

No plano, o Governo prevê a criação de 500 lugares extras no ensino superior e em cursos técnicos superiores profissionais para alunos que



Este é o primeiro plano nacional deste género e surge depois de uma série de reivindicações e iniciativas

venham de escolas TEIP (que operam em contextos sociais desfavorecidos). Aliás, das 47 propostas recebidas para o ensino superior, 14 eram sobre este contingente. Já a área da justiça e direitos recebeu 21 propostas sobre a avaliação da revisão da

legislação no combate ao racismo.

Outra das sugestões contempladas foi a de promover a recolha, análise e difusão regular de dados administrativos ou estatísticos, e elaborar estudos e trabalhos de investigação ou acções de formação de agentes das forças de segurança e do sector da justiça, designadamente para magistrados, judiciais e do Ministério Público, e para profissionais do *frontoffice* nos postos, nas esquadras, nos postos de fronteira, nas patrulhas e nos tribunais.

Este é o primeiro plano nacional deste género e surge depois de uma série de iniciativas e reivindicações de colectivos, sendo o resultado de várias propostas feitas por um grupo de trabalho criado pelo Governo, que ouviu cerca de 60 entidades do sector público e privado. Foi concebido para seguir quatro princípios transversais – desconstrução de

estereótipos; coordenação, “governança” integrada e territorialização; intervenção integrada no combate às desigualdades e interseccionalidade – e actuar em dez áreas: governação, informação e conhecimento para uma sociedade não-discriminatória; educação e cultura; ensino superior; trabalho e emprego; habitação; saúde e acção social; justiça, segurança e direitos; participação e representação; desporto; e meios de comunicação e o digital.

Pela análise feita no relatório sobre a consulta pública, constata-se que mais de 77% dos contributos foram feitos por pessoas singulares, alguns com ligação a centros de investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra ou do Centro em Rede de Investigação em Antropologia – CRIA.